ARGENTINA

Luis Robayo/AFP

Argentino fantasiado com a máscara de Guy Fawkes diante de automóvel de uma rádio incendiado

Luis Robayo/AFP

Agente dispara contra os opositores de Milei presentes no protesto: balas de borracha e gás lacrimogênio

Tomas Cuesta/AFP

Vista aérea do prédio da região do Congresso Nacional com coluna de fumaça escura

Luis Robayo/AFP

Homem permanece alheio à confusão, diante de carro em chamas: cena insólita

Campo de batalha no coração de Buenos Aires

Manifestantes avançam contra barricadas para se aproximarem do Congresso, enquanto senadores debatem pacote de reformas polêmicas de Javier Milei. Polícia reage com violência. Governo denuncia tentativa de "golpe de Estado"

» RODRIGO CRAVEIRO

Parecia mais um campo de batalha. De um lado, manifestantes armados de paus e pedras. De outro, policiais usavam canhões d'água, bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha na tentativa de conter a multidão em fúria. O caos se instalou do lado de fora do prédio do Congresso, no coração de Buenos Aires, enquanto senadores debatiam um megapacote de reformas considerado crucial para o presidente ultraliberal Javier Milei, dois dias depois de ele completar seis meses de governo.

Na noite de ontem, o gabinete de Milei divulgou nota nas redes sociais em que "felicita as forças de segurança por sua excelente ação, ao reprimir os grupos terroristas, que, com paus, pedras e até granadas, tentaram um golpe de Estado, ao atentarem contra o normal funcionamento do Congresso da Nação Argentina".

Em discurso durante uma conferência do Instituto Cato e da Fundação Liberdade e Progresso, intitulada "O renascer da liberdade na Argentina e no mundo", Milei falou sobre os incidentes violentos. "Não descartem a metodologia de jogarem mortos nas ruas", advertiu. "Esperamos seguir com o êxito que temos obtido e ter dois mandatos, para começar a era liberal", acrescentou, ao admitir que buscará a reeleição.

Segundo o jornal argentino *Clarín*, a manifestação foi organizada por entidades de esquerda e por movimentos grevistas. Até o fechamento desta edição, 29 pessoas tinham sido detidas. O tumulto teve início quando os manifestantes tentaram vencer as barricadas montadas para isolar o Congresso. A polícia repeliu o avanço com violência, o que provocou a fúria da multidão. Pedras foram arremessadas contra os policiais. Dois carros acabaram incendiados nas imediações da sede do Legislativo — entre eles, um da rádio Cadena 3.

Cinco deputados peronistas (da oposição) participavam da manifestação e precisaram ser hospitalizados, depois de serem atingidos pelo gás lacrimogêneo: Eduardo Valdés, Carlos Castagnetto, Leopoldo Moreau, Juan Manuel Pedrini, Carolina Yutrovic e Luis Basterra. Ao menos 20 policias ficaram feridos.

Em pauta, os senadores tratavam da Lei de Bases, texto de 238 artigos e versão reduzida em um terço da Lei de Omnibus que fracassou durante a votação em fevereiro, na Câmara. Entre outras medidas, a Lei de Bases amplia os poderes de Milei, ao delegar atribuições do Legislativo ao Executivo, estabelece incentivos para grandes investimentos durante três décadas e privatiza empresas públicas.

Tomas Cuesta/AFP

Manifestantes entram em confronto com a polícia de choque diante do prédio do Legislativo: tensão social

"É um dia muito violento, em 40 anos de democracia nunca vi uma repressão assim", afirmou a deputada opositora Cecilia Moreau à agência France-Presse (AFP). A previsão era de que o debate se estendesse até a madrugada de hoje. O senador opositor Mariano Recalde admitiu à AFP que a reforma trabalhista prevista pela Lei de Bases "retorna ao século passado, quando o funcionário não tinha nenhum direito trabalhista; não resiste à análise constitucional e vai gerar conflito e litigiosidade".

"O governo Milei está disposto a enfrentar qualquer custo político da repressão, pois precisa da aprovação da Lei de Bases", explicou ao **Correio** Miguel De Luca, professor de ciência política da Universidade de Buenos Aires (UBA). Ele não acredita que a violenta repressão impactará negativamente o eleitorado duro de Milei. "Quem votou no atual presidente pede lei e ordem. Entre os eleitores linhadura de Milei, é possível que até alguns usassem paus para espancar os manifestantes", ironizou.

Negociações

Sonia Ramella, especialista em participação cidadã e cientista política da Universidad del Salvador (em Buenos Aires), disse à reportagem que trabalhava, ontem, a oito quadras do Congresso. "Via-se que seria um dia muito pesado e difícil. Havia muita gente com bandeiras e coletivos. Sabíamos que a situação seria complicada", comentou. "A votação estava praticamente empatada e é possível que Milei aprove o texto. O desempate caberia a Victoria Villaruel, vice-presidente da Argentina. Em relação às consequências políticas, é complicado projetar o que ocorrerá depois da votação e da repressão. O governo de Milei é minoritário e conta com apenas sete senadores. Por isso, precisou fazer negociações."

A estudiosa lembra que não é a primeira vez que a Argentina testemunha cenas de violência em manifestações. "Durante o governo de Mauricio Macri, quando leis de ajuste foram votadas, houve situações similares. Não há como medir, de forma real e tangível, a tradução desses incidentes de hoje (ontem) em apoio a Milei", disse Ramella.

ORIENTE MÉDIO

ONU acusa Israel e Hamas de crimes de guerra

Uma comissão de inquérito da Organização das Nações Unidas (ONU) chegou à conclusão que Israel e sete facções armadas palestinas, entre elas o Hamas, cometeram crimes de guerra desde 7 de outubro. Ao mesmo tempo, acusou as forças israelenses de crimes contra a humanidade na Faixa de Gaza, em particular de "extermínio" — além de citar assasinatos, perseguição de gênero contra homens e meninos palestinos; transferências forçadas, atos de tortura e tratamentos desumanos e cruéis. Israel boicotou o trabalho de investigação da comissão, criada em maio de 2021.

Meirav Shahar, embaixadora de Istrael nas instituições da ONU em Genebra, denunciou uma "discriminação sistemática" contra o Estado hebreu. Por meio de um comunicado, ela disse que a comissão "demonstrou, mais uma vez, que suas ações estão todas a serviço de uma agenda política focada contra Israel".

Também em nota, a sul-africana Navi Pillay — considerou "imperativo" que todos os que cometeram crimes sejam responsabilizados. De acordo com ela, a única forma de encerrar os ciclos recorrentes de violência no Oriente Médio, incluindo as agressões e as represálias de ambos lados, é a garantia do respeito estrito do direito internacional.

Pillay chegou à comissão depois de atuar como Alta Comissária para os Direitos Humanos da ONU, presidente do Tribunal Penal Internacional para Ruanda e juíza do Tribunal Penal Internacional (TPI). Ela exigiu de Israel "o fim imediato das operações militares e dos ataques em Gaza" e cobrou das facções palestinas a imediata interrupção dos lançamentos de foguetes e a libertação de todos os reféns. "A tomada de reféns constitui um crime de guerra", enfatizou.

A comissão concluiu que Israel cometeu também crimes de guerra, ao utilizar a fome como arma, ao atacar intencionalmente os civis, e perpetrar violência sexual, torturas e transferências forçadas. Por sua vez, o Hamas e os outros grupos palestinos foram acusados de ataques contra civis, assassinatos e tortura. No dia da divulgação do relatório da comissão, o Hamas pediu que os Estados Unidos pressionem Israel para firmar um cessar-fogo permanente.

Morador de Khan Yunis, a 9km de Rafah, Khalil Abu Shammala, 53 anos, contou à reportagem que a vida em Gaza "vai de mal a pior". "Israel usa todos os tipos de armas para nos matar. Caças e tanques destroem tudo. Não temos comida, porque os israelenses fecharam os acessos a Gaza", relatou. "Mais de 10 mil palestinos foram infectados com a hepatite, em meio à poluição da água e dos alimentos e às condições precárias de moradias. Todos os dias você enfrenta um novo tipo de vida." Abu Shammala lembra que a comunidade internacional, incluindo o Conselho de Segurança da ONU e o Tribunal Penal Internacional (TPI), tomou várias decisões em prol dos palestinos. "Mas fracassou, ao não implementar o mínimo dessas decisões, e se mantém em silêncio, apoiando a ocupação israelense."

Eyab Baba/AFP

Palestinos caminham por rua destruída em Khan Yunis, no sul da Faixa de Gaza

Fome

Ex-diretor executivo da Human Rights Watch (HRW) e professor da Faculdade de Assuntos Internacionais e Públicos da Universidade de Princeton, Kenneth Roth afirmou ao **Correio** que os crimes de guerra perpetrados por Israel prosseguem até os dias de hoje. "Eles incluem a estratégia de fome, pela qual o TPI tem emitido mandados de prisão, assim como os bombardeios desproporcionais e indiscriminados, principalmente durante o resgate dos reféns", exemplificou. Para ele, a descoberta de que essas violações também constituem crimes contra a humanidade fala por sua natureza sistemática. "Não são delitos isolados de soldados de baixa patente. Fazem parte das regras de engajamento autorizadas por altos funcionários israelenses." (**RC**)

» Hezbollah amplia ataques

A guerra em Gaza, que entrou em seu nono mês, também provocou um aumento das tensões na fronteira de Israel com o Líbano. O Exército israelense anunciou que cerca de 150 foguetes foram lançados do Líbano em direção a Israel na manhã de ontem, depois que um bombardeio israelense matou um comandante do Hezbollah, na véspera, no sul libanês. Alguns foram derrubados e outros atingiram Israel, provocando incêndios, indicou a mesma fonte, que não relatou vítimas. Depois que o Hezbollah reivindicou os disparos de "dezenas de (mísseis) Katyusha e de mísseis teleguiados", o comandante do comitê executivo do grupo, Hashem Safieddin, afirmou que o movimento vai "aumentar as operações em intensidade, potência, número e qualidade".